

# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	13
----------------	----

## CAPÍTULO 1

NOÇÕES GERAIS .....	15
---------------------	----

## CAPÍTULO 2

MULTAS PUNITIVAS .....	20
2.1. Litigância de má-fé – art. 18 .....	20
2.1.1. Exigibilidade da multa ou de indenizações decorrentes da litigância de má-fé – art. 739-B .....	26
2.1.2. A possibilidade de condenação solidária do advogado com a parte por ato de litigância de má-fé .....	27
2.2. O <i>contempt of court</i> – art. 14, parágrafo único .....	38
2.2.1. Origem .....	38
2.2.2. Classificação .....	39
2.2.3. O <i>contempt of court</i> no direito brasileiro .....	42
2.2.4. Impossibilidade de responsabilização do advogado em razão do <i>contempt of court</i> .....	48
2.2.5. A prisão .....	50
2.3. Ato atentatório à dignidade da justiça – art. 601 .....	54
2.4. Atos impróprios realizados no processo – arts. 30 e 161 .....	59
2.4.1. O salário mínimo vigente na sede do juízo .....	64

2.5. Retenção indevida dos autos – art. 196 .....	66
2.6. Requerimento doloso de citação por edital – art. 233.....	72
2.7. Admissibilidade da ação rescisória – art. 488 .....	75
2.8. Embargos de declaração protelatórios – art. 538 .....	82
2.9. Embargos do devedor e de segunda fase manifestamente protelatórios – art. 740, parágrafo único, e art. 746 .....	93
2.10. Agravo manifestamente inadmissível ou infundado – art. 557.....	104
2.11. Fiador e arrematantes remissos – arts. 695 e 696.....	111
2.12. Arrematante desistente – art. 701 .....	115
2.13. Descumprimento de moratória processual – art. 745-A.....	120
2.14. Custas de retardamento – arts. 22, 29, 31, 113, § 1º, 181, § 2º, 267, § 3º, 412 e 453, § 3º .....	125

### **CAPÍTULO 3**

MULTA COMPENSATÓRIA.....	129
3.1. Em razão de atrasos causados ao exercício da jurisdição – art. 424, parágrafo único.....	129

### **CAPÍTULO 4**

MULTAS COERCITIVAS.....	135
4.1. Multa cominatória (art. 287).....	135
4.1.1. O pedido cominatório no Código de Processo Civil de 1939 ...	135
4.1.2. A ação cominatória no Código de Processo Civil de 1973 .....	140
4.2. Fase de conhecimento referente às obrigações de fazer ou não fazer – art. 461 .....	142
4.2.1. Valor das <i>astreintes</i> .....	150
4.2.2. Possibilidade de alteração do valor das <i>astreintes</i> .....	156
4.2.3. Limitação do valor das <i>astreintes</i> .....	158
4.2.3.1. Limitação do valor das <i>astreintes</i> no Juizado Especial Cível.....	161
4.2.4. Exigibilidade das <i>astreintes</i> .....	163
4.2.5. <i>Astreintes</i> contra a Fazenda Pública.....	170

4.2.6. Outros instrumentos de coerção .....	174
4.3. Fase de cumprimento de sentença e execução atinente às obrigações de fazer ou não fazer – arts. 644 e 645.....	176
4.4. Fase de conhecimento e execução referente às obrigações de dar – arts. 461-A e 621.....	179
4.5. Art. 475-J .....	184
4.5.1. Termo inicial.....	189
4.5.2. Incidência da multa na execução provisória .....	195
4.5.3. Fluência do prazo quando houver necessidade de liquidação da sentença.....	198
4.5.4. Competência para aferição da regularidade do pagamento.....	199
4.5.5. Possibilidade de incidência de multa após a novação da dívida durante o cumprimento de sentença. ....	200
4.5.6. A prescrição durante o cumprimento de sentença.....	201
CONCLUSÃO .....	205
REFERÊNCIAS .....	207